



Estratégia
Concursos

2° SIMULADO

ISS ARACAJU

AUDITOR DE TRIBUTOS - GERAL
PÓS-EDITAL

Simulado Especial

2º Simulado – ISS Aracaju

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ISS Aracaju;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, o Instituto CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-06-09-20>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E	076 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E	077 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E	078 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E	079 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E	080 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E	081 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E	082 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E	083 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E	084 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E	085 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E	086 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E	087 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E	088 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E	089 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E	090 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E	091 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E	092 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E	093 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E	094 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E	095 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	71 – A B C D E	096 – A B C D E
22 – A B C D E	47 – A B C D E	72 – A B C D E	097 – A B C D E
23 – A B C D E	48 – A B C D E	73 – A B C D E	098 – A B C D E
24 – A B C D E	49 – A B C D E	74 – A B C D E	099 – A B C D E
25 – A B C D E	50 – A B C D E	75 – A B C D E	100 – A B C D E

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

TEXTO I

Em julho de 1955, Bertrand Russell e Albert Einstein lançaram um inusitado apelo aos povos do mundo, pedindo-lhes que “pusessem de lado” seus fortes sentimentos a respeito de uma série de questões e se vissem “exclusivamente como membros de uma espécie biológica que traz consigo uma história extraordinária e cujo desaparecimento ninguém pode desejar”. O dilema com que se defronta o mundo é “claro, aterrador e incontornável: poremos fim à espécie humana ou a humanidade renunciará à guerra?”

O mundo não renunciou à guerra. Muito pelo contrário. Hoje, a potência mundial hegemônica se dá o direito de fazer a guerra ao seu arbitrio, segundo uma doutrina de “autodefesa antecipada” sem limites conhecidos. Com uma postura essencialmente farisaica, os Estados Unidos da América (EUA) são implacáveis na imposição do direito internacional e de tratados e regras da ordem mundial aos outros países, mas rejeitam-nos como irrelevantes quando se trata de si mesmos — uma prática antiga, levada a limites inauditos pelos governos de Reagan e Bush II.

Noam Chomsky. Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009 (com adaptações).

01. No texto apresentado, o termo

- a) “aterrador”, no primeiro parágrafo do texto, foi empregado no sentido de moderador.
- b) “dilema”, no primeiro parágrafo do texto, foi empregado no sentido de concorrente.
- c) “arbitrio”, no segundo parágrafo do texto, foi empregado no sentido de desejo.
- d) “inusitado”, no primeiro período do primeiro parágrafo do texto, foi empregado no sentido de costumeiro.

e) “extraordinária”, no primeiro parágrafo do texto, foi empregado no sentido de despreziosa.

02. No texto, o sinal de dois-pontos empregado logo após ‘incontornável’, no último período do primeiro parágrafo, introduz

- a) uma citação a respeito do termo anterior.
- b) um esclarecimento acerca do que foi enunciado anteriormente no período.
- c) uma exemplificação do trecho anterior.
- d) uma expressão que o autor desejou realçar.
- e) uma enumeração de elementos paralelos entre si.

03. Segundo as ideias presentes no texto,

- a) a inquietação manifestada no apelo de Bertrand Russell e de Albert Einstein, em meados do século passado, era de caráter supranacional.
- b) a desobediência de normas mundiais passou a ser uma prática adotada pelos EUA a partir dos governos de Reagan e Bush II.
- c) os tratados e os acordos mundiais são insignificantes na busca da superação da prática da guerra.
- d) os EUA mostram convergência em suas ações, uma vez que praticam aquilo que propõem para outras nações.
- e) a guerra é justificada pelo arbitrio das nações e seus mandamentos de “autodefesa antecipada”.

04. No texto, a forma pronominal

- a) “lhes”, no trecho pedindo-lhes...., presente no primeiro parágrafo do texto, refere-se a “Bertrand Russell e Albert Einstein”.
- b) “se”, no trecho se vissem...., no primeiro parágrafo do texto, refere-se a “povos do mundo”.
- c) “cujo”, no trecho cujo desaparecimento...., presente no primeiro parágrafo do texto, retoma ‘membros de uma espécie’.
- d) “consigo”, no trecho traz consigo...., no primeiro parágrafo do texto, refere-se a ‘membros’.
- e) “nos”, no trecho mas rejeitam-nos...., presente no último período do texto, retoma “outros países”.

05. No trecho O mundo não renunciou à guerra, presente no primeiro período do segundo parágrafo, o emprego de crase se justifica por:

- a) Ser um elemento de caráter facultativo.
- b) Exigência do termo renunciar o qual exige o emprego da preposição e o elemento guerra admitir a presença do pronome definido antes dele.
- c) Exigência do termo renunciar o qual exige o emprego da preposição e o elemento guerra admitir a presença do artigo definido antes dele.
- d) Ser uma locução com núcleo feminino.
- e) Exigência do termo renunciar o qual exige o emprego do artigo definido e o elemento guerra admitir a presença da preposição antes dele.

06. O trecho que traz consigo uma história extraordinária, presente no primeiro parágrafo do texto, pode ser classificado como:

- a) Oração subordinada adverbial causal
- b) Oração subordinada adverbial consecutiva.
- c) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- d) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- e) Oração subordinada substantiva objetiva direta.

TEXTO II

Eu tinha muito orgulho daquela espada dourada, não mais de dois centímetros, espetada na gola da camisa do colégio. Na minha turma da quarta série primária, era a única. Não me lembro que houvesse outras como ela entre os meus colegas da escola. Não do meu candidato. O broche que algumas crianças usavam trazia uma pequena vassoura. E era do “meu” adversário.

Porque aqueles símbolos, diminutos, eram tão fortes, talvez explique o fato de que — até muito tempo depois da tristeza e perplexidade que senti na derrota de Lott diante de Jânio Quadros —, quando pensava naquela que foi a minha “primeira” campanha, eu lembrasse dela, basicamente, como uma eleição na qual minha espada havia sido, inexplicavelmente, derrotada por uma vassoura.

Aquele ano marcaria o despertar do meu interesse pela política.

Antônio Lavareda. Emoções ocultas e estratégias eleitorais. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009 (com adaptações).

07. Com relação ao texto e às ideias nele presentes, assinale a opção correta.

- a) O termo vassoura representa, no contexto em que se insere, a candidatura de Lott.
- b) O texto apresentado é predominantemente argumentativo.
- c) Segundo o texto, o narrador descreve as emoções que teve ao votar pela primeira vez em eleições oficiais.
- d) No texto, grande parte das crianças do colégio tinha preferência pelo candidato Lott.
- e) O texto apresenta padrões típicos do gênero relato.

08. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se substituísse

- a) a forma verbal “marcaria”, no trecho Aquele ano marcaria..., no último parágrafo do texto, por tinha marcado.
- b) a forma verbal “explique”, no trecho talvez explique o fato..., no segundo parágrafo do texto, por explica.
- c) a forma verbal “houvesse”, no trecho Não me lembro que houvesse..., presente no primeiro parágrafo do texto, por existisse.
- d) o trecho “que senti”, no trecho que senti na derrota..., no segundo parágrafo do texto, por sentidas por mim.
- e) a forma verbal “lembrasse”, no trecho eu lembrasse dela, no segundo parágrafo do texto, por lembrei.

Texto III

Alguns nascem surdos, mudos ou cegos. Outros dão o primeiro choro com um estrabismo deselegante, lábio leporino ou angioma feio no meio do rosto. Às vezes, ainda há quem venha ao mundo com um pé torto, até com um membro já morto antes mesmo de ter vivido.

Guylain Vignolles, esse, entrara na vida tendo como fardo o infeliz trocadilho proporcionado pela junção de seu nome com seu sobrenome: Vilain Guignol, algo como “palhaço feio”, um jogo de palavras ruim que ecoara em seus ouvidos desde seus primeiros passos na existência para nunca mais abandoná-lo.

Jean-Paul Didierlaurent. O leitor do trem das 6h27. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015 (com adaptações).

09. Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso a forma verbal “entrara”, no trecho ***entrara na vida tendo como fardo...***, fosse substituída por

- a) há de entrar.
- b) entraria.
- c) entrava.
- d) haveria entrado.
- e) tinha entrado.

10. Na oração em que é empregado no texto, o termo em destaque “Alguns ***nascem*** surdos, mudos ou cegos”, presente no primeiro período dessa construção, exerce a função de

- a) Verbo transitivo direto.
- b) Verbo transitivo indireto.
- c) Verbo intransitivo.
- d) Verbo de ligação.
- e) Verbo transitivo direto e indireto.

AUDITORIA GERAL

Guilherme Santana / Tonyvan Oliveira

11. Um dos elementos de um tipo de risco determinado é o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação ou em conjunto com outras distorções não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade; outro elemento desse tipo de risco é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser

relevante, antes da consideração de quaisquer controles relacionados. As informações acima caracterizam o risco de:

- a) de controle.
- b) inerente.
- c) de auditoria.
- d) de distorção relevante.
- e) de detecção.

12. Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, assinale a opção correta.

- a) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.
- b) Quanto maior for a avaliação de risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção a serem tolerados pelo auditor.
- c) Testes substantivos são aplicados para que se obtenha evidências quanto ao funcionamento dos controles da entidade.
- d) No método de seleção sistemático, o auditor seleciona, sistematicamente, e com uso de geradores de números aleatórios, os itens que irão compor a amostra.
- e) A documentação do tipo corrente é aquela perene, utilizada no período corrente e em outros.

13. Antes de iniciar a fase de planejamento de uma auditoria, deve-se:

- a) definir o envolvimento de especialistas.
- b) avaliar a conformidade com requisitos éticos.
- c) definir os procedimentos analíticos a serem aplicados.
- d) obter entendimento global da entidade a ser auditada.
- e) determinar a materialidade do objeto de auditoria.

14. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se

- a) isonomia
- b) validade.
- c) relevância.
- d) suficiência.
- e) confiabilidade.

15. Nas auditorias, as seguintes técnicas devem ser realizados pelos auditores governamentais:

I constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado;

II conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;

III realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;

IV verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;

V examinar as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada uma dessas técnicas.

- a) observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; exame documental
- b) observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; exame documental
- c) inspeção física; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- d) inspeção física; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis
- e) exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

16. Analise as afirmativas a seguir e assinale aquela que está de acordo com os dispositivos expressos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju:

- a) A jornada de trabalho semanal máxima é de quarenta horas, salvo servidores em regime de plantão e aqueles que possuem regulamentação própria em lei específica.
- b) A licença para tratar interesses particulares pode ser concedida para servidores em estágio probatório.
- c) As diárias são parcelas indenizatórias percebidas por servidores cujo deslocamento para fora do Município é uma exigência permanente do cargo.
- d) O abandono de cargo é configurado pela falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, durante o período de 12 (doze) meses.
- e) A Gratificação por Regime de Tempo Integral corresponde a até 100% (cem por cento) do vencimento do servidor, sendo vedada sua concessão para servidores ocupantes de cargos em comissão.

17. Com base na Lei nº 8.666/93, assinale a afirmativa correta a respeito dos contratos administrativos e licitações públicas:

- a) A alienação de bens imóveis de entidades paraestatais depende de avaliação prévia e de autorização legislativa.
- b) Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação da qualificação técnica não poderá ser feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito privado.
- c) Em licitações que permitem a participação de empresas nacionais e estrangeiras em consórcio, a liderança do mesmo caberá obrigatoriamente à empresa brasileira.
- d) O contrato administrativo pode ser alterado de forma unilateral quando for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço.
- e) Nos casos em que o recebimento provisório do objeto licitado pode ser dispensado, o recebimento em

18. Em relação às disposições legais e doutrinárias atinentes aos poderes administrativos e os serviços públicos, julgue os itens seguintes e aponte a assertiva correta.

- a) A transferência de concessão sem prévia anuência do poder concedente implicará a encampação da concessão.
- b) É admitida a aplicação de sanções com base no instituto da “verdade sabida”.
- c) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- d) O exercício do poder hierárquico é exclusivo da função administrativa.
- e) Os serviços *uti universi* são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados e por isso devem ser mantidos por taxas.

19. No que se refere à improbidade administrativa e à Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se, em qualquer fase do processo, a ação de improbidade for considerada inadequada, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- b) Em regra, o acesso à informação disponível deve ser concedido ou autorizado de forma imediata pelo órgão ou entidade pública.
- c) Frustrar a licitude de processo licitatório constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- d) As informações pessoais necessárias à realização de pesquisas científicas de interesse público previstas em lei não necessitam do consentimento expresso da pessoa a que elas se referam.
- e) O ressarcimento integral do dano consiste na única penalidade legal que depende da efetiva ocorrência de lesão ao patrimônio público.

20. Acerca do Regime Diferenciado de Contratações Públicas e do pregão, é correto asseverar que:

- a) o regime de contratação integrada não admite, sob nenhuma hipótese, a celebração de termos aditivos.
- b) é possível que a pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto básico participe da licitação no Regime Diferenciado de Contratações sob contratação integrada.
- c) a equipe de apoio, no bojo do pregão, deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo, sendo vedada a participação de militares.
- d) é proibida a adoção do regime diferenciado de contratação em contratações decorrentes de ações no âmbito da segurança pública.
- e) uma das etapas da fase preparatória do pregão é a convocação dos interessados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. No que concerne ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa que se encontra em consonância com o que estabelece a Constituição Federal e com o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

- a) Nos Tribunais, a inconstitucionalidade de uma norma somente pode ser declarada pela maioria absoluta dos membros reunidos em plenário ou no respectivo órgão fracionário.
- b) A legitimidade para instaurar o controle difuso de constitucionalidade é ampla, podendo a inconstitucionalidade ser suscitada pelo Tribunal até mesmo de ofício.
- c) A cláusula de reserva de plenário aplica-se às Turmas Recursais dos Juizados Especiais.
- d) Via de regra, no controle difuso realizado incidentalmente, os efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de determinada lei são *inter partes* e *ex nunc*.
- e) A coisa julgada material alcança tanto a declaração incidental de inconstitucionalidade quanto o pedido principal formulado na ação, em sede de fiscalização concreta.

22. Suponha que Lineu, representante de uma empresa fabricante de equipamentos acessíveis a pessoas com deficiência, tenha comparecido ao departamento competente do governo federal, a fim de solicitar a verificação de seus dados cadastrais junto ao sistema de registro de fornecedores. Ao ser atendido pelo servidor responsável, foi informado de que os dados mantidos pela União eram sigilosos, não podendo ser revelados ou acessados por terceiros. Lineu tentou explicar que, em virtude de recentes alterações empreendidas na constituição da entidade, os dados constantes do banco governamental provavelmente estariam desatualizados, o que dificultaria a participação de sua empresa em procedimentos licitatórios futuros. O servidor, no entanto, manteve-se irredutível, o que levou Lineu a cogitar a possibilidade de impetrar *habeas data*. Diante da situação exposta, pode-se afirmar que o remédio constitucional mencionado:

- a) Somente será cabível se Lineu comprovar que a desatualização cadastral representa, de fato, impedimento à participação em procedimento licitatório.
- b) Não poderá ser utilizado, visto que deverá ser dada preferência a processo administrativo sigiloso.
- c) É incabível, vez que o *habeas data* é ação personalíssima que somente pode ser ajuizada em favor de pessoas físicas, e não jurídicas.
- d) É a medida adequada a ser utilizada, mas Lineu deverá acionar seu advogado, cuja assistência, nessa situação, é indispensável.
- e) Não poderá ser utilizado, caso seja possível impetrar mandado de segurança, tendo em vista o caráter residual do *habeas data*.

23. Suponha que tenha sido enviado ao Congresso Nacional projeto de emenda à Constituição, por iniciativa de 27 senadores, versando sobre matéria orçamentária. O documento foi aprovado, logo no primeiro turno, em cada uma das Casas, por três quintos de seus membros, seguindo imediatamente para sanção presidencial. Considerando o procedimento previsto na Carta Maior, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A proposta contém vício de iniciativa, já que somente o Presidente da República pode apresentar projetos legislativos em matéria orçamentária, não tendo a sanção presidencial o condão de convalidar o vício identificado.

- b) O trâmite legislativo relativo à proposta seguiu fielmente o procedimento previsto na Constituição Federal.

- c) A proposta contém vício de iniciativa, já que seria necessário a subscrição do projeto por no mínimo dois terços dos senadores, não tendo a sanção presidencial o condão de convalidar o vício identificado.

- d) O projeto deverá ser rejeitado, uma vez que fere cláusula pétrea da Constituição.

- e) A emenda poderia ter sido aprovada, caso tivesse sido respeitada a votação em dois turnos, sendo, no entanto, dispensada a sanção presidencial.

24. Eurípedes, cujo pai é brasileiro e a mãe é alemã, nasceu na Alemanha durante execução de missão diplomática realizada pelo pai. Ao completar 30 anos de idade, Eurípedes decide se mudar para o Brasil, desejando candidatar-se a algum cargo eletivo. Nessa situação, segundo a Constituição da República:

- a) Eurípedes deverá confirmar a opção pela naturalização, podendo se candidatar a qualquer cargo eletivo.

- b) Eurípedes não poderá solicitar a nacionalidade originária, já que, para isso, seria preciso que tivesse estabelecido residência no país antes de atingida a maioridade.

- c) Eurípedes não será considerado brasileiro nato, já que não fora registrado em repartição brasileira competente, na Alemanha.

- d) Eurípedes é brasileiro nato, podendo se candidatar a qualquer cargo em seu estado ou município.

- e) Eurípedes não será detentor da nacionalidade originária, já que sua mãe é alemã, mas, caso venha a naturalizar-se brasileiro, poderá se candidatar a quaisquer cargos eletivos antes dos 35 anos, exceto aos Poderes Executivo ou Legislativo federal.

25. Um grupo de estudantes de ciências políticas decidiu criar um partido, restrito ao contexto regional, com a intenção de estabelecer coligações nas eleições majoritárias e proporcionais estaduais. Assim, dirigiram-se ao cartório de registro civil de pessoas jurídicas e, em seguida, ao Tribunal Regional Eleitoral local, para finalizar os procedimentos relativos à constituição da entidade. Da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível concluir que:

- a) A criação do partido deveria ter sido feita por meio de lei, por se tratar de pessoa jurídica de direito público, mas o regime de coligações e a definição do caráter regional devem estar previstos em seu estatuto, a ser registrado perante o TSE, e não no TRE local.
- b) O partido criado somente poderá ajuizar mandado de segurança coletivo, na defesa de seus associados, após decorrido um ano de sua criação, mas não poderá, por expressa vedação constitucional, realizar coligações partidárias.
- c) O princípio da liberdade partidária veda a interferência estatal em seu funcionamento, sendo, portanto, facultativo o registro realizado e livre, também, a opção pelo caráter regional, assim como a fixação do regime de suas coligações, em quaisquer eleições.
- d) A constituição da entidade se deu de forma regular, embora a atribuição de caráter regional seja inconstitucional e o estabelecimento das coligações somente seja permitido nas eleições proporcionais.
- e) A Constituição Federal desautoriza a criação de partido de caráter regional, além de vedar o estabelecimento de coligações nas eleições proporcionais e de exigir que seu estatuto seja registrado no TSE, e não no TRE local.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

26. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- b) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado.
- c) Ao crime praticado por brasileiro em território estrangeiro pode ser aplicada a lei brasileira.
- d) Leis temporárias são aquelas que têm vigência por um período predeterminado.
- e) A lei penal pátria pode ser aplicada ao estrangeiro que comete crime fora do território nacional, sendo a vítima brasileira.

27. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

28. No que se refere aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta:

- a) o concurso de duas ou mais pessoas é causa de aumento de pena do furto e circunstância qualificadora do roubo;
- b) A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.
- c) O roubo impróprio poderá ser cometido mediante violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência.
- d) O crime de estelionato é praticado quando alguém subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel consistente em vantagem ilícita, em prejuízo alheio, com abuso de confiança, ou mediante fraude;
- e) É considerado qualificado o crime de furto (CP, art. 155, § 4º) praticado por funcionário público (ou equiparado) no exercício da função.

29. Relativamente aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) a falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não se prevaleça do cargo.

30. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

ESTATÍSTICA BÁSICA

Guilherme Neves

31. Considere uma população de idades de crianças formada pelos números 4, 5, 5 e 8. O coeficiente de variação dessa população é igual a

- a) 3/11.
- b) 9/22.
- c) 3/22.
- d) 9/11.
- e) 1/5.

32. O departamento financeiro do Estratégia fez um levantamento sobre a renda anual das 100 pessoas que trabalham no Sistema de Questões. Foram obtidos os seguintes dados.

$$\sum_{i=1}^{100} x_i = 6.400 \text{ mil reais e } \sum_{i=1}^{100} x_i^2 = 467.200 \text{ (mil reais)}^2$$

O coeficiente de variação desta população é igual a:

- a) 1/8
- b) 1/4
- c) 3/8
- d) 1/2
- e) 5/8

33. A variância de uma população de tamanho 20 é igual a 0,04 e a soma dos quadrados dos valores dos elementos é igual a 65,6. A média aritmética dos elementos desta população é igual a

- a) 0,8.
- b) 1,2.
- c) 1,8.
- d) 2,4.
- e) 3,0.

34. Assinale a alternativa correta com relação às definições e propriedades das medidas de posição e de variabilidade dos dados em uma estatística.

- a) A moda é o valor que divide a amostra ao meio representando o centro da distribuição.
- b) A amplitude total é uma medida de tendência central pouco afetada pelos valores extremos.
- c) A mediana é o valor que possui a maior frequência em grandes amostras.
- d) A variância da amostra representa uma medida de variabilidade obtida pelo cálculo da raiz quadrada positiva do valor do desvio padrão dessa amostra.
- e) A média aritmética representa o somatório de todas as observações dividido pelo número de observações.

35. Os números de simulados produzidos por Guilherme durante 10 semanas consecutivas foram registradas de acordo com a tabela abaixo.

Semana	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Número de simulados produzidos	7	5	4	6	6	5	5	7	6	5	56

Verifica-se que, nesse período, o valor da soma da média aritmética (número de simulados por semana) com a mediana é igual ao valor da moda multiplicado por

- a) 2,12.
- b) 2,52.
- c) 2,22.
- d) 2,42.
- e) 2,32.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

36. Um empresário descontou um cheque pré-datado para 30 dias, no valor de R\$ 30.000,00, tendo o banco cobrado uma taxa de desconto comercial simples de 5% ao mês. O valor descontado do cheque é:

- a) R\$ 26.500,00.
- b) R\$ 27.000,00.
- c) R\$ 27.500,00.
- d) R\$ 28.000,00.
- e) R\$ 28.500,00.

37. O mestre Possati fez uma aplicação financeira no valor de R\$ 32.000,00, a juros compostos de 1% ao mês, pelo prazo de 2 meses. Sabendo que Possati pagou imposto de 20% sobre o rendimento da aplicação, pode-se afirmar corretamente que

- a) o montante, antes do imposto, foi R\$ 32.692,00.
- b) o valor do imposto foi de R\$ 128,64.
- c) o rendimento líquido foi de R\$ 265,64.
- d) o valor líquido do resgate foi de R\$ 32.640,00.
- e) o montante, antes do imposto, foi de R\$ 32.640,00.

38. Julinho foi ao banco e fez um empréstimo de R\$ 1000,00, por 2 meses, com juros simples de 5% ao mês. Luciano foi ao banco e fez um empréstimo de R\$ 1000,00, por 2 meses, com juros compostos de 4% ao mês. Ao final dos 2 meses de empréstimo, a quantia a mais de juros que uma dessas pessoas pagou em relação à outra pessoa, foi igual a

- a) R\$ 18,40.
- b) R\$ 22,50.
- c) R\$ 20,00.
- d) R\$ 81,60.
- e) R\$ 52,40.

39. Guilherme investiu R\$ 25.000,00 no início de um período e resgatou no final todo o correspondente montante no valor de R\$ 26.827,50. Suponha que a taxa de inflação apresentada nesse determinado período foi de 5%. Logo, a taxa real de juros obtida por Guilherme no período foi de

- a) 2,00%
- b) 2,20%
- c) 2,31%

- d) 2,57%
- e) 2,64%

40. Marília aplicou R\$ 16.400,00, durante 4 meses, a uma taxa de juros de 9% ao ano, no regime de juros simples. Após os 4 meses, ela resgatou todo o montante e o emprestou a Antônio, que se comprometeu a liquidar a dívida por meio de duas prestações semestrais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira 1 semestre após a data em que contraiu a dívida. Esse empréstimo foi concedido a uma taxa de juros de 5% ao semestre, no regime de juros compostos, considerando o sistema francês de amortização. O valor da amortização da dívida incluído no valor da segunda prestação foi de

- a) R\$ 9.084,60
- b) R\$ 8.240,00
- c) R\$ 8.652,00
- d) R\$ 8.662,30
- e) R\$ 8.446,00

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

41. Em relação ao orçamento público, assinale o item incorreto:

- a) No orçamento-programa, há uma busca pelos resultados alcançados, sendo assim, o governo tenta resolver uma necessidade pública por meio do orçamento. Um exemplo seria um programa de governo cuja finalidade é reduzir a taxa de analfabetismo de determinada população. Nesse contexto, usa-se o mecanismo do orçamento-programa.
- b) O princípio da universalidade é reforçado na Constituição quando a Carta Magna afirma que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e orçamento da seguridade social.
- c) De acordo com a Constituição Federal, deverá integrar a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais

e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

d) De acordo com a Constituição, a lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes com a finalidade de especificar investimentos plurianuais.

e) Pode-se afirmar que o orçamento de desempenho é uma evolução do orçamento tradicional, tendo em vista seu foco ser voltado ao desempenho organizacional e possuir duas dimensões durante sua elaboração: o objeto de gasto e o programa de governo.

42. No tocante ao orçamento público, assinale o item correto:

a) O princípio da unidade representa um período em que se estima a previsão das receitas e define fixação das despesas, não comportando nenhuma exceção.

b) O princípio da não afetação ou não vinculação, previsto na Constituição Federal, veda a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa, entretanto, a própria Constituição trouxe algumas exceções, a exemplo, receita que tem como finalidade repartição do produto da arrecadação dos tributos a outros entes federados.

c) O princípio da exclusividade expressa que não se pode incluir dispositivo estranho à Lei Orçamentária Anual. Entretanto, o referido princípio apresenta exceção quando a Constituição Federal autoriza abertura de créditos especiais e contratação de operações de crédito na própria LOA.

d) Segundo a Constituição Federal, as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

e) O Plano Plurianual será estabelecido, de forma regionalizada, tratando das prioridades e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

43. Sobre orçamento público, assinale alternativa errada:

a) Conforme preceitua a Constituição Federal, todo investimento público só poderá ser iniciado com prévia inclusão no plano plurianual, ou lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

b) A Constituição preceitua a obrigatoriedade de execução das emendas de iniciativa de bancada parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. Entretanto, não serão de execução obrigatória as emendas de bancadas parlamentares que tiverem impedimentos de ordem técnica.

c) Os Créditos Especiais poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, representando, assim, uma exceção ao princípio da anualidade.

d) Segundo a Lei 4.320/64, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

e) No que tange à programação orçamentária e financeira, é correto afirmar que, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

44. No tocante ao orçamento público, assinale item correto:

a) A Constituição Federal afirma que os orçamentos de investimento e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, a exemplo do serviço da dívida.

c) Em relação à movimentação financeira, é correto afirmar que a movimentação de recurso financeiro externa é denominada de repasse, enquanto a

movimentação interna de recurso tem o nome de sub-repasse.

d) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos PPA, LDO, LOA e crédito adicionais enquanto não iniciada a discussão, na comissão mista da parte cuja alteração é proposta.

e) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações que tratam das emendas individuais, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar. Por conta disso, no Brasil, o orçamento público é predominantemente impositivo.

45. Em relação ao orçamento público, assinale item correto:

a) Por ser abertos por medida provisória, os créditos extraordinários serão destinados somente as despesas de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

b) A Lei 4320/64 traz entre as fontes para abertura de créditos adicionais, o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior, que é calculado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais do exercício atual.

c) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) preceitua que, até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, o que se pode inferir que os outros poderes não fazem programação financeira.

d) No que tange à descentralização dos créditos orçamentários, é correto afirmar que quando um Ministério transfere créditos orçamentários a outro ministério, a descentralização ocorrida corresponderá uma provisão.

e) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

CONTABILIDADE GERAL

Gilmar Possati

46. Uma determinada entidade contratou, em 01/01/X1, um seguro contra acidentes de trabalho, com vigência para 12 meses. O prêmio foi pago integralmente à companhia seguradora no ato da contratação.

Com base nessa situação hipotética, na data da contratação, para a empresa contratante haverá a configuração de:

- a) Um fato modificativo, com efeitos patrimoniais em contas do ativo circulante e do patrimônio líquido.
- b) Um fato permutativo, com efeitos patrimoniais em contas do ativo circulante e ativo realizável a longo prazo.
- c) Um fato misto, com efeitos patrimoniais em contas do ativo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
- d) Um fato permutativo, com efeitos patrimoniais em contas do ativo não circulante e ativo realizável a longo prazo.
- e) Um fato permutativo, com efeitos patrimoniais em contas do ativo circulante.

47. Um banco privado está realizando uma campanha destinada a um determinado grupo de clientes, para receber valores devidos. Caso o cliente efetue o pagamento até 3 dias antes do vencimento, poderá desfrutar de um desconto de 10%. Nas condições previstas, foi recebido um valor de R\$ 6.000,00.

Assinale a opção reconhecida pelo banco referente ao lançamento contábil dessa operação.

- a)
 - D- Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante) R\$ 6.000,00
 - C- Contas a receber (ativo circulante) R\$ 5.400,00
 - C- Desconto financeiro (resultado) R\$ 600,00
- b)
 - D- Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante) R\$ 5.400,00

D- Desconto financeiro (ativo circulante) R\$ 600,00

C- Contas a receber (ativo circulante) R\$ 6.000,00

c)

D- Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante) R\$ 6.000,00

C- Contas a receber (ativo circulante) R\$ 5.400,00

C- Desconto financeiro (resultado) R\$ 600,00

d)

D- Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante) R\$ 5.400,00

D- Desconto financeiro (resultado) R\$ 600,00

C- Contas a receber (ativo circulante) R\$ 6.000,00

e)

D- Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante) R\$ 5.400,00

D- Desconto financeiro (passivo circulante) R\$ 600,00

C- Contas a receber (ativo circulante) R\$ 6.000,00

48. A Cia Audazes adquiriu uma máquina para produção de peças em 30/04/2018 por R\$ 300.000,00, com estimativa de valor residual de 10% para esse item imobilizado. A depreciação é calculada pelo método das unidades produzidas e a sua capacidade de produção foi estimada em 3 milhões de peças. No primeiro exercício social, a máquina produziu 160.000 peças/ano; no segundo e terceiro exercício sua produção foi de 370.000 peças/ano. Toda a depreciação foi contabilizada de acordo com a competência contábil.

Com base nessa situação hipotética, o valor contábil líquido da máquina ao final do terceiro ano, em reais, foi de:

- a) 210.000.
- b) 219.000.
- c) 81.000.
- d) 252.300.
- e) 90.000.

49. Segundo a Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras que podem ser exigidas incluem

- a) O balanço patrimonial, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração do resultado exercício.
- b) O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- c) A demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
- d) A demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial.
- e) A demonstração do resultado do exercício, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado abrangente.

50. Ativo faz parte das contas patrimoniais e compreende o conjunto de bens e direitos da organização, possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro e proporcionando ganho para a empresa. Em definição, ativo é um recurso econômico controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos para a entidade.

O conceito de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, se enquadra na definição de

- a) Ativo intangível.
- b) Ativo circulante.
- c) Ativo imobilizado.
- d) Ativo qualificável.
- e) Ativo realizável a longo prazo.

51. Em relação às contas que compõem o patrimônio líquido, evidenciadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido, pode haver fatos que alteram quantitativamente o patrimônio líquido e fatos em que não há alterações quantitativas no patrimônio líquido.

Assinale a alternativa correspondente a um fato que altera quantitativamente a composição do patrimônio líquido.

- a) Ajuste de avaliação patrimonial de um ativo.
- b) Compensação de prejuízos com reservas.
- c) Constituição de reserva de contingência.
- d) Apropriação do lucro líquido do exercício por meio da conta de Lucros para formação de reserva legal.
- e) Aumento de capital com utilização de lucros.

52. Para fins de levantamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), assinale a alternativa que indica exemplo de caixa originado por recebimentos das atividades operacionais

- a) Ganho pela emissão de debêntures
- b) Recebimento por venda de imobilizado de uso
- c) Recebimento por venda de instrumentos patrimoniais
- d) Ganho por equivalência patrimonial por participação em coligada
- e) Recebimento em decorrência de marcas

53. Ao final de determinado exercício, o passivo total de uma empresa era de R\$ 110.000,00 e o total de seu ativo era de R\$ 55.000,00, o valor do seu Patrimônio Líquido era

- a) Igual a R\$ 55.000.
- b) Negativo em R\$ 55.000.
- c) Negativo em R\$ 165.000.
- d) Igual a R\$ 110.000.
- e) Igual a R\$ 165.000.

54. O CPC 16 – Estoques determina os critérios a serem adotados no reconhecimento e na mensuração dos estoques. Com base no exposto, analise as assertivas.

I – O custo dos estoques concebe o preço de compra, os impostos de importação e tributos recuperáveis ou não, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

II - O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e transformação, bem como os

outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

III - Outros custos que não perfazem os de aquisição e nem de transformação, devem ser incluídos no custo dos estoques somente na medida em que sejam incorridos, para colocar os estoques em seus locais e nas condições atuais.

IV – O método de varejo é utilizado para mensurar estoques de grande quantidade que alteram lentamente, itens que possuem margens análogas e para os quais não praticam outros métodos de custeio.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, II e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

55. As informações financeiras devem ser úteis, relevantes e representar fielmente os eventos econômicos. Além disso, melhoram a utilidade da informação se forem comparáveis, tempestivas, verificáveis e compreensivas. Conforme o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, analise as assertivas e assinale a opção correta.

a) A representação fidedigna apresenta três atributos: neutralidade, completude e ausência de erros. O objetivo dessa característica é maximizar a perfeição, para evidenciar de forma concreta os fenômenos que estão sendo representados.

b) A materialidade é um aspecto da representação fidedigna, portanto, a informação é material se for capaz de fazer a diferença nas decisões a serem tomadas pelos gestores.

c) A consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, sendo assim, a consistência é correlata à comparabilidade.

d) Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas fundamentais para que as informações financeiras possam ser úteis para tomada de decisão.

e) A prudência significa que os ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados, da mesma forma que ativos e receitas não

podem estar subavaliados e passivos e despesas não podem estar superavaliados.

56. As propriedades para investimento devem ser reconhecidas como ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e o seu custo puder ser mensurável com confiança. Com base no CPC 28 – Propriedades para Investimento, analise as assertivas.

I – A propriedade para investimento deve ser inicialmente mensurada pelo custo, devendo ser inclusos os custos de transação na mensuração inicial.

II – Após realizada o reconhecimento inicial, a entidade que escolher pelo método do valor justo deverá mensurar todas as suas propriedades para investimento ao valor justo.

III – O ganho ou a perda derivada de mudança no valor justo de propriedade para investimento, deve ser reconhecido no patrimônio líquido da entidade em contrapartida do investimento realizado.

IV – Quando o arrendatário utilizar o método do valor justo para mensurar a propriedade para investimento, na qual é mantida como ativo de direito de uso, deve mensurar o ativo de direito de uso, e, não, a propriedade subjacente, ao valor justo.

Estão corretos os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

57. De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, provisão é um passivo de prazo e/ou valor incerto. Diante do exposto, julgue as assertivas subsequentes.

I – O valor pelo qual será reconhecido como provisão deve estimar da melhor forma o dispêndio que será exigido para liquidar essa obrigação presente em data de balanço;

II – Os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno dos eventos devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão;

III – O valor no tempo é material, com isso, as provisões que se relacionam com as saídas de caixa, nas quais surgem após a data do balanço, são menos onerosas do que aquelas em que as saídas de caixa de mesmo valor surgem mais tarde;

IV – Na demonstração do resultado, a provisão pode ser apresentada de maneira líquida do valor reconhecido de reembolso.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV

58. Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável e sem substância física. Acerca do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, analise as alternativas e marque a opção correta.

- a) Um ou mais ativos intangíveis podem ser adquiridos por meio de permuta por ativo ou ativos não monetários, ou conjunto de ativos monetários e não monetários.
- b) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível incluem somente as receitas das vendas de produtos ou serviços.
- c) A ausência de direitos legais sobre um ativo intangível não apresenta dificuldade em seu controle, haja vista que a entidade não consegue controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.
- d) Os custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço advindo do ativo intangível, devem ser reconhecidos como parte do seu custo, sendo esse, precursor desses custos.
- e) O reconhecimento dos custos ao valor contábil do ativo intangível, mesmo estando em condições operacionais pela entidade, não cessará.

59. A Cia Coruja Audaz S.A, entidade do ramo comercial na cidade de Aracaju, evidenciou sua demonstração do resultado do exercício de 20X1, com os valores expressos em reais:

Descrição	Valores em Mil (R\$)
Receita Bruta de Vendas	1.200.000,00
(-) Impostos sobre Vendas	(327.000,00)
(=) Receita Líquida	873.000,00
(-) C.M.V	(420.000,00)
(=) Lucro Bruto	453.000,00
(-) Despesas Operacionais	(60.000,00)
Despesas com Vendas	(32.000,00)
Despesas Administrativas	(28.000,00)
(=) Lucro Antes do IR/CSLL	393.000,00
(-) IR e CSLL	(94.320,00)
(=) Resultado Líquido	298.680,00

Informações Adicionais:

- Durante o exercício de X1, o valor dos tributos recuperáveis monta em R\$ 52.000,00, já inclusos no valor de compra das mercadorias.
- Houve reversão de perdas para créditos de liquidação duvidosa em R\$ 32.000,00.
- A empresa recebeu rendimentos financeiros, pelo banco Aracaju S.A, no valor de R\$ 15.000,00.
- Acarretou em dispêndios financeiros no valor de R\$ 5.500,00 ao banco Sergipe S.A.
- Houve recebimento de dividendos, avaliados ao custo, relativos a investimentos na empresa Alagoas Maragogi S.A, no qual, perfaz o valor de R\$ 6.750,00.
- Sabe-se que do valor das despesas administrativas, 15% equivale a despesa com energia e 85% com despesa de salários a funcionários.
- Reconhecimento de depreciação do exercício X1 no valor de R\$ 7.000,00.

Com base nas informações apresentadas e no disposto no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o valor adicionado líquido produzido pela entidade e o valor adicionado a distribuir foram respectivamente de:

- a) R\$ 721.000,00 e R\$ 736.000,00.
- b) R\$ 748.800,00 e R\$ 765.050,00.
- c) R\$ 753.000,00 e R\$ 774.750,00.
- d) R\$ 748.800,00 e R\$ 770.550,00.
- e) R\$ 716.800,00 e R\$ 731.800,00.

60. O CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos prevê os procedimentos que a entidade deverá aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor não excedente ao seu valor de recuperação. Acerca do enunciado, analise as alternativas subsequentes.

I – As entidades ao final de cada período de reporte, devem avaliar seus ativos a fim de evidenciar se sofreram desvalorização.

II – A entidade que possuir um ativo que tenha sido reavaliado e que foi constatado indícios de que seu valor contábil é superior ao recuperável, deverá reconhecer a perda por desvalorização na demonstração do resultado.

III – A entidade que possuir um ativo intangível com vida útil indefinida, deverá testar anualmente em relação ao seu valor recuperável, a menos que não haja indícios de desvalorização, pois, nesse caso, a entidade manterá em seus registros o valor contábil desse ativo.

IV – A reversão da perda por desvalorização sobre um ativo reavaliado deve ser registrada na demonstração do resultado abrangente, em conta denominada “Reserva de Reavaliação”. Todavia, caso essa perda tenha sido reconhecida antecedente no resultado do período, a reversão também deverá ser reconhecida no resultado.

Com base nas assertivas, estão corretos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) II e IV, apenas.

INFORMÁTICA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda / Thiago Cavalcanti

61. A respeito de dado, informação, conhecimento e inteligência, assinale a alternativa correta.

- a) O arquivo XML é considerado um exemplo de dado estruturado.

b) informação prescinde do dado bruto.

c) Seguindo todas as etapas do ciclo de vida do dado proposto por Ricardo César Gonçalves Sant’Ana, o dado precisa ser somente coletado e recuperado.

d) Compartilhar e criar conhecimento tácito através da experiência direta é uma forma de transmissão conhecida como socialização.

e) Ao articular o conhecimento tácito escrevendo um livro sobre determinado assunto por exemplo, categoriza-se como uma forma de transmissão de conhecimento conhecida como internalização.

62. Sobre Banco de Dados Relacionais, assinale a alternativa correta.

a) As colunas representam os campos/atributos capazes de definir características de uma tabela.

b) As tuplas não fazem parte de um banco de dados relacional.

c) Um usuário iniciante possui contato direto com o SGBD para consultas no dia a dia.

d) Na modelagem física, a preocupação principal é a abstração, ou seja, como fazer para o usuário entender o negócio através do modelo.

e) Redundância não controlada é aquela na qual o SGBD tem conhecimento de que a informação está em múltiplas fontes, portanto, garante a sincronização entre as diversas representações.

63. Sobre visões, índices e metadados, assinale a alternativa correta.

a) O SGBD realiza o processo de backup dos dados por meio das visões.

b) Índices são criados usando a instrução *Generate Trigger*

c) Visões podem ser materializadas fisicamente em um banco de dados ou existir apenas de forma lógica, virtualizada.

d) Por acelerar o processo de consulta aos dados, a relação entre desempenho e quantidade de índices criados em uma tabela é diretamente proporcional.

e) Metadados são estruturas que auxiliam na descrição de um determinado dado. Portanto, precisam estar estruturados em tabelas para cumprir sua função.

64. Sobre modelagem de dados, assinale a alternativa correta.

- a) Se um relacionamento entre duas entidades for N:N, não há necessidade de definição de chave primária.
- b) Chave primária é considerada uma tabela virtual ou consulta armazenada.
- c) Atributos opcionais podem compor a chave primária
- d) Por padrão, a chave primária sempre é numérica
- e) A chave primária não pode ser copiada ou duplicada na mesma tabela.

65. Sobre a modelagem dimensional

- a) Quanto à forma de armazenamento dos dados, o ROLAP é mais indicado para DataMarts que para DataWarehouse.
- b) Na modelagem *snow flake* é necessário usar todas as etapas do processo de normalização
- c) O modelo estrela não se preocupa com a normalização dos dados.
- d) ETL consiste no processo de armazenamento de dados históricos orientados a assunto
- e) Quando os dados são visualizados e armazenados de forma multidimensional, constata-se que foi utilizado a arquitetura ROLAP

66. Um auditor fiscal usou o banco de dados com dados históricos do órgão para entender melhor a situação pela qual o município passa baseado no que já foi relatado em anos anteriores. Diversas consultas podem ser feitas mediante esse modelo dimensional. Duas delas foram:

- Obter informações produto comercializado pelo órgão sem restrição de quando e onde.
 - Sumarizar as informações mensais em grupos trimestrais, depois semestrais, por fim, anuais.
- a) ranking e drill through.
 - b) dicing e drill down.

- c) pivoting e slicing.
- d) slicing e roll Up.
- e) drill across e juice.

67. Sobre BigData e Data mining, assinale a alternativa correta:

- a) Em soluções Big Data, a análise dos dados precisa ser precedida de uma transformação de dados não estruturados em dados estruturados.
- b) IoT, *internet of things*, também conhecida como computação ubíqua, diz respeito à quantidade crescente de dispositivos conectados à internet produzindo dados em diferentes formatos.
- c) Para salvar dados em um *data lake* há a necessidade de primeiro passar por um processo de ETL, operacionalizar os dados em uma *staging area* e centralizar em bases departamentais específicas conhecidas como *data mart*.
- d) Data mining é o processo de administração, a análise e a geração de relatórios sobre dados multidimensionais.
- e) CRISP-DM é uma metodologia proprietária, baseada em 6 fases, entre elas a Business Understanding, com o objetivo descobrir conhecimento a partir do data mining.

68. Uma liga de basquete possui o histórico de seus jogadores e o comportamento destes em relação a todas as temporadas disputadas de 2000 a 2020. Existem cinco tipos de jogadores pré-classificados. Uma aplicação de data mining, neste caso, consiste em descobrir uma função que mapeie corretamente os jogadores, a partir de seus dados em uma destas categorias. Esta função pode auxiliar no diagnóstico e tendências de novos jogadores.

Trata-se de uma tarefa de data mining denominada

- a) clusterização.
- b) associação
- c) classificação.
- d) redes neurais
- e) previsão de séries temporais.

69. Há uma diversidade de dados sendo coletados por vários dispositivos conectados na internet. Esses dados, podem ser usados para construir um sistema de Big Data que pode ajudar uma organização a ter um diferencial de mercado. Todavia, se parte desses dados for composta, por exemplo, por *fake news*, segundo as cinco dimensões, modelo “V” de avaliação de um Big Data, quebraria o conceito de:

- a) Valor
- b) Variedade
- c) Veracidade
- d) Velocidade
- e) Volume

70. Sobre a Lei de Acesso à informação, no caso de indeferimento de acesso a informações, a partir da ciência, pode interpor recurso no prazo de:

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 20 dias
- e) 30 dias

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Sobre a definição de títulos de crédito no Código Civil, temos que:

- a) trata-se de documento necessário ao exercício de direito literal, mas não autônomo, nele contido.
- b) trata-se do documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido.
- c) trata-se do documento necessário ao exercício de direito autônomo, mas não literal, nele contido.
- d) é dispensável para o exercício de direito literal e autônomo nele contido
- e) é dispensável para o exercício de direito autônomo e executivo nele mencionado.

72. As sociedades anônimas abertas são proibidas de emitir:

- a) Ações ordinárias.
- b) Debêntures.

- c) Partes beneficiárias.
- d) Notas promissórias.
- e) Debêntures conversíveis em ações.

73. As instituições financeiras:

- a) são excluídas da falência, em absoluto.
- b) relativamente excluídas da falência, já que o Banco Central é legítimo para o pedido de falência, principalmente em vista da necessidade de persecução penal por crime falimentar.
- c) não estão excluídas da falência.
- d) podem declarar autofalência.
- e) relativamente excluídas da falência, salvo pedido de falência proposto pelo Conselho Monetário Nacional, levando em consideração o relatório do interventor judicial.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

74. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

75. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

76. Em relação à mora, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;
- e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

77. Sobre as taxas, analise as seguintes situações abaixo, e ao final, assinale a(s) que admite(m) a instituição dessa espécie tributária pelo Município X.

I – Taxa instituída por meio de lei para custear serviço de iluminação pública.

II – Taxa instituída em razão do serviço de coleta domiciliar de lixo.

III – Taxa de Polícia em razão da atividade do poder de polícia atinente à fiscalização do exercício de atividade comercial (taxa de localização e funcionamento).

A taxa pode ser instituída pelo Município X nos seguintes casos:

- a) I, II.
- b) I, II, III.
- c) I, III.
- d) II, III.
- e) Nenhum dos itens.

78. Acerca dos princípios tributários, aponte a alternativa correta:

- a) O princípio da vedação ao efeito de confisco não se aplica às multas tributárias.
- b) O princípio da liberdade de tráfego não admite a cobrança de ICMS no serviço de transporte interestadual de mercadorias ou pessoas.
- c) O princípio da anterioridade anual não veda a cobrança dos impostos extraordinários de guerra no mesmo ano da publicação da lei instituidora.

d) O princípio da legalidade não admite que medida provisória institua tributos.

e) O princípio da isonomia admite a distinção entre contribuintes, desde que com base na função ou ocupação por eles exercida.

79. Caso o imposto sobre grandes fortunas (IGF) venha a ser instituído, aponte a alternativa correta:

- a) Somente a União e os Estados poderão instituí-lo.
- b) A sua instituição pode ocorrer por meio de lei ou medida provisória.
- c) A produção dos efeitos da lei instituidora pode ocorrer no mesmo ano da sua publicação.
- d) A produção dos efeitos da lei instituidora pode ocorrer imediatamente a partir da publicação dessa lei.
- e) A Constituição Federal não fixou expressamente o que vem a ser “grandes fortunas”, para fins de incidência do IGF.

80. A respeito das regras constitucionais a respeito da incidência do ITCMD, analise as situações abaixo e aponte a alternativa correta:

I – Pedro, domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, doa a José, domiciliado em Salvador – BA, um automóvel licenciado no Município de São Paulo – SP.

II – Carlos, domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, doa a Davi, domiciliado em Salvador – BA, um terreno localizado no Município de São Paulo – SP.

- a) O ITCMD devido sobre a doação prevista na situação I caberá ao Estado do Rio de Janeiro.
- b) O ITCMD devido sobre a doação prevista na situação I caberá ao Estado da Bahia.
- c) O ITCMD devido sobre a doação prevista na situação I caberá ao Estado de São Paulo.
- d) O ITCMD devido sobre a doação prevista na situação II caberá ao Estado do Rio de Janeiro.
- e) O ITCMD devido sobre a doação prevista na situação II caberá ao Estado da Bahia.

81. Aponte a alternativa que indica o percentual exato de repartição das receitas tributárias, conforme o referido tributo, nela indicado, a ser repartido:

- a) 20% do produto da arrecadação do ITCMD é repartido com os Municípios.

- b) 30% do produto da arrecadação do IOF incidente sobre o ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial é repartido com o Município de origem.
- c) 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais porventura instituídos pela União deve ser repartido com os Municípios.
- d) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido com os Municípios que optarem por arrecadar e fiscalizar o referido imposto.
- e) 25% do produto da arrecadação do ICMS é repartido com os Municípios.

82. Acerca das regras acerca da solidariedade tributária, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

() A solidariedade tributária deve ser sempre prevista na lei do ente tributante, não bastando o interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

() A solidariedade tem por característica não comportar benefício de ordem.

() A solidariedade tem necessariamente como efeito o fato de o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveitar aos demais.

- a) F, F, V
b) V, F, F
c) F, F, F
d) V, F, V
e) V, V, V

83. A respeito da responsabilidade tributária, aponte a alternativa correta:

- a) A aquisição de bem imóvel não implica necessariamente responsabilidade para o adquirente por tributos devidos sobre o imóvel.
- b) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro não serão responsabilizados pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação.
- c) A substituição tributária regressiva foi declarada inconstitucional pelo STF.
- d) A substituição tributária progressiva foi declarada inconstitucional pelo STF.
- e) A responsabilidade por infrações é subjetiva, isto é, considera a intenção do agente ou do responsável e a efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

84. Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa errada:

- a) A moratória e o parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A remissão e a isenção constituem hipóteses de extinção do crédito tributário.
- c) Os prazos decadencial e prescricional são de 5 anos.
- d) A isenção individualmente concedida não gera direito adquirido.
- e) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

85. Analise a situação a seguir: o termo de inscrição de dívida ativa foi lavrado pela autoridade competente, tendo sido omitida a origem e a natureza do crédito tributário a que se refere.

A respeito da situação acima, e considerando as disposições do CTN, aponte a alternativa correta:

- a) A origem e a natureza do crédito tributário a que se refere o termo de inscrição de dívida ativa é um elemento importante, porém não obrigatório.
- b) A omissão da origem e a natureza do crédito tributário torna a inscrição em dívida ativa, mas não do processo dela decorrente.
- c) A omissão da origem e a natureza do crédito tributário torna a inscrição em dívida ativa e do processo dela decorrente, não cabendo correção.
- d) A omissão da origem e a natureza do crédito tributário torna a inscrição em dívida ativa e do processo dela decorrente, cabendo correção até a decisão de primeira instância.
- e) A inscrição em dívida ativa não é necessária, eis que o crédito tributário pode ser executado imediatamente após a expiração do prazo para pagamento.

86. Assinale a alternativa que apresenta tributos de competência exclusiva ou privativa da União:

- a) Imposto de Importação, Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico.
- b) Imposto sobre Grandes Fortunas, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- c) Impostos Residuais, Imposto de Renda, Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

d) Empréstimos Compulsórios, Imposto sobre Grandes Fortunas, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
e) Contribuições previdenciárias de regimes próprios de servidores públicos, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e Impostos Residuais.

87. No que diz respeito ao ICMS, todas as matérias a seguir devem ser disciplinadas em lei complementar, exceto:

- a) definir seus contribuintes.
- b) disciplinar o regime de compensação do imposto.
- c) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- d) Estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas.
- e) dispor sobre substituição tributária.

88. No tocante à competência tributária e à capacidade tributária ativa, considerando o que prevê a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) Não é possível haver inovação do sujeito ativo da obrigação tributária, já que a competência tributária é definida na Constituição Federal.
- b) Territórios federais são competentes para instituir tributos municipais.
- c) O sujeito ativo indireto é aquele que, não possuindo a competência tributária para instituir o tributo, dispõe de capacidade tributária ativa.
- d) Sujeito passivo direto é a pessoa que deve pagar o tributo ou penalidade pecuniária, e sujeito passivo indireto é aquela que deve cumprir com as obrigações de fazer ou deixar de fazer algo.
- e) A capacidade tributária ativa é indelegável.

89. Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema “responsabilidade tributária de terceiros”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o

redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

() O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

() Se o sócio-gerente tiver se retirado da sociedade antes da ocorrência do fato gerador que deu origem à obrigação, fica excluído de qualquer responsabilidade.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) F, F, F
- d) V, V, F
- e) F, V, V

90. De acordo com o Código Tributário Nacional, a respeito do lançamento e da extinção do crédito tributário, aponte a alternativa correta:

- a) O pagamento pode ocorrer por meio de estampilha, papel selado ou por processo mecânico, independentemente de previsão legal.
- b) A perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária, ou naquelas em que o erro seja imputável à autoridade administrativa.
- c) Salvo se houver previsão legal nesse sentido, o crédito não integralmente pago no vencimento não é acrescido de juros de mora.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a imposição de penalidade não pode ser exigida cumulativamente com o tributo devido.
- e) O pagamento somente pode ser efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo se a lei assim dispuser.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Vilches

91. Em relação aos dispositivos legais relativos ao IPTU previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) imóvel edificado com construção em situação irregular em decorrência da não expedição pelo órgão municipal competente do “Habite-se” não pode ser objeto da tributação do IPTU.
- b) as dívidas tributárias de IPTU possuem caráter personalíssimo e não podem ter responsabilidade tributária transferida para o adquirente do imóvel.
- c) imóvel de entidade religiosa ao ser vendido para um particular no decorrer do ano só será atingido pela tributação do IPTU no exercício seguinte.
- d) imóvel situado fora da zona urbana ou da área expansão urbana ou urbanizável não pode ser submetido à incidência do IPTU.
- e) imóvel localizado na área urbana utilizado para fins agrícolas deve ser tributado pelo ITR.

92. Em relação aos dispositivos legais relativos ao IPTU previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) Nas transações imobiliárias cujo registro no Cartório de Registro de Imóveis seja prescindível para produção de efeitos perante as partes e terceiros, enquanto não efetivado o registro, respondem solidariamente pelo pagamento do IPTU o transmitente e o adquirente.
- b) A base de cálculo é o valor de aquisição do imóvel.
- c) as alíquotas para imóveis edificados variam de acordo com o uso e com o valor venal do imóvel.
- d) as alíquotas para imóveis não edificados com valor venal maior que R\$ 10.000 variam de acordo com a localização.
- e) Identificados os imóveis que não estiverem cumprindo a função social da propriedade urbana, o Município aplicará alíquotas progressivas na cobrança do IPTU, conforme disposto expressamente na Lei Orgânica Municipal.

93. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ITBI previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) a aquisição da propriedade por meio da usucapião é tributada pelo ITBI

- b) retrovenda e pacto do melhor comprador são situações não submetidas à incidência do ITBI
- c) contrato de compromisso de compra e venda é tributado pelo ITBI, desde que haja todos os elementos inerentes a direitos reais.
- d) o registro de um contrato de alienação fiduciária não pode ser atingido pela tributação do ITBI em decorrência da aplicação de norma isentiva.
- e) nas cessões de direito de superfície o contribuinte é o cedente.

94. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ITBI previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) o momento de incidência do ITBI é no registro do título aquisitivo.
- b) não é necessário a análise da preponderância no caso de um imóvel ser transferido em realização de capital para o patrimônio de empresa que exerce exclusivamente a atividade de arrendamento mercantil de bens imóveis.
- c) no caso da permuta de dois imóveis somente ocorre um único fato gerador do ITBI.
- d) o valor excedente do imóvel em comparação com a parte do capital social a ser integralizada é abarcado pela imunidade específica do ITBI
- e) no caso da celebração de contratos por instrumento particular o ITBI deve ser pago em até 30 dias contados da data celebração do negócio jurídico.

95. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ISS previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) o ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a fruição dos serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- b) a atividade de arrendamento mercantil, em qualquer das suas modalidades, é tributável pelo ISS.

c) o serviço de transporte de natureza municipal e o serviço de demolição podem ser tributados por alíquotas inferiores a 2%.

d) os sorteios efetuados mediante inscrição automática, mesmo que a captação de inscrições alcance participantes de outros municípios, podem ser tributados pelo ISS,

e) no caso de o prestador de serviço exercer mais de uma atividade tributável pelo ISS e não apresentar escrituração contábil idônea para fins de segregar a receita auferida no exercício de cada atividade, o referido imposto será apurado por meio da aplicação da média aritmética das alíquotas.

96. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ISS previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

a) para fins da tributação do ISS, as sociedades simples que exercem atividade liberal são consideradas empresas.

b) profissional autônomo com 3 empregados contratados para execução de atividades acessórias é equiparado à empresa para fins de apuração do ISS.

c) os juros cobrados pelo prestador em decorrência do pagamento parcelado do preço do serviço não são incluídos na base de cálculo do ISS, pois tal valor é tributado pelo IOF.

d) as subempreitadas já tributadas podem ser deduzidas da base de cálculo do ISS no caso dos serviços de construção civil descritos nos subitens 7.02 e 7.05.

e) escritório de contabilidade possui em seu quadro societário somente contabilistas, no entanto um deles não presta serviço em nome sociedade, exercendo a função somente de aportar capital. Essa peculiaridade não afeta a possibilidade de o referido prestador de serviço apurar o ISS pelo regime fixo de tributação.

97. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ISS previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

a) caracterizam-se como estabelecimentos autônomos os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, desde que exerçam atividades econômicas diversas.

b) o fato gerador do ISS devido pelas sociedades de profissionais ocorre em primeiro de janeiro de cada ano.

c) considera-se regularmente notificado o sujeito passivo do lançamento do ISS devido pelo profissional autônomo e pelas sociedades profissionais, desde que tenham sido feitas publicações na imprensa oficial ou jornal não oficial de circulação diária dando ciência ao público da emissão das respectivas formas de pagamento.

d) o modelo das guias de recolhimento de ISS deverá estar previsto em decreto a ser editado pelo chefe do poder executivo

e) shopping centers devem reter o ISS na fonte quando forem tomar o serviço de fornecimento de mão de obra de empresa estabelecida em Aracaju.

98. Em relação aos dispositivos legais relativos ao Processo Administrativo Fiscal previsto na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

a) os prazos são contínuos e peremptórios, incluindo-se, em sua contagem, o dia do início e excluindo-se o do vencimento.

b) os prazos processuais não podem ser prorrogados.

c) a petição inepta ou quando a parte não for legítima não será recebida pelo servidor público responsável.

d) o procedimento, com a finalidade de exame da situação do contribuinte, não poderá ultrapassar 120 dias, salvo em casos excepcionais a critério da Diretoria de Administração Tributária, que dará ciência ao interessado da prorrogação, mesmo após o término do prazo anterior.

e) o processo administrativo fiscal, inicia-se mediante lavratura de auto de infração ou nota de lançamento, distinto para cada infração.

99. Em relação aos dispositivos legais relativos ao Processo Administrativo Fiscal previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

a) no caso da intimação por edital, considera-se feita 60 dias após a sua publicação, uma única vez no órgão oficial, ou outro órgão de circulação em Aracaju, de cuja data começará a ser contado o prazo previsto.

b) é facultado à autoridade administrativa, quando for o caso, optar entre a intimação pessoal ou a realizada pelo correio.

c) são anuláveis os atos praticados por autoridade ou servidor incompetente

d) o ingresso do interessado em juízo acarretará renúncia por parte do interessado da discussão do mesmo objeto em processo administrativo fiscal.

e) na organização do processo administrativo fiscal, observar-se-ão preferencialmente as normas pertinentes ao processo administrativo comum no caso de conflito entre os dois tipos de normas.

100. Em relação aos dispositivos legais relativos às taxas e contribuição de melhoria previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

a) as taxas, quando não pagas nos prazos regulamentares e apuradas por procedimento fiscal, serão acrescidas de multa por infração correspondente a 100% do montante devido

b) o valor da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento é composto de três parcelas, uma devida no registro de solicitação da licença pelas diligências para verificar as condições para localização dos estabelecimentos e as outras duas parcelas devidas semestralmente enquanto perdurar o exercício da atividade do estabelecimento.

c) as pessoas jurídicas quando instaladas ou localizadas no bairro Cidade Nova terão o valor da taxa de licença de localização e funcionamento reduzido em 50%.

d) o fato gerador da taxa de licença de localização e funcionamento ocorre no momento da efetiva fiscalização.

e) são isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria o imóvel de pessoa cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a 03 salários mínimos vigentes e que sirva para a sua residência desde que não possua outro imóvel, construído ou não.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-06-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>